

REPRESENTAÇÕES DA ABOLIÇÃO: DISCURSOS COMEMORATIVOS EM REVISTAS SEMANAIS DO RIO DE JANEIRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

EULER FABRES ZANETTI¹; ARISTEU ELISANDRO MACHADO LOPES²;

¹*Universidade Federal de Pelotas – euler.f.zanetti@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – aristeuufpel@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

A imprensa brasileira durante os anos finais do século XIX e as primeiras décadas do XX perpassou por um processo de grandes transformações, tanto no que diz respeito à técnica quanto à sua estrutura funcional, muito em consequência das reconfigurações políticas e sociais ocorridas no Brasil, como a abolição da escravidão em 1888 e a queda da monarquia em 1889. Como aponta MARTINS (2011), a abolição foi o fator para o “marco civilizatório” do Brasil, que teve a imprensa republicana como agente responsável por este projeto.

No entanto, ao mesmo tempo em que o governo republicano se apresentava como “modernizador”, também se mostrou repressor à liberdade de expressão dos trabalhadores da imprensa, efetuando prisões de jornalistas, suspendendo jornais e destruindo tipografias, além de aliciar a imprensa com repasses secretos às elites de São Paulo e Minas Gerais com propagandas a seu favor, em tentativas de comprar a opinião pública (ELEUTÉRIO, 2011). Em vista disso, segundo RÜDIGER (2003), o desenvolvimento da imprensa não foi marcado somente por avanços tecnológicos, mas também acompanhou as mudanças políticas, sociais e econômicas do país durante esse período.

A *Belle Époque*, tida como período de grande efervescência cultural, social e urbana no Brasil, foi marcada pela forte influência europeia – sobretudo francesa – no que tange às inovações, construções e empreendimentos edificadas no país. Isso se ramifica, também, na imprensa brasileira. Novos aportes técnicos-industriais são realizados, introduzindo conteúdos sofisticados às revistas semanais, como a fotografia. Para LUCA (2021), o formato mais extenso das revistas permitiu o aproveitamento mais detalhado de questões culturais, sociais, políticas e científicas. Em consonância a esse pensamento, COBEN (2011) nos atenta que com o avanço e a modernização do século XX, houve uma diferenciação entre jornal e revista: ao jornal, coube a divulgação da notícia, o retrato instantâneo do momento, desde temas políticos a um acidente de trem; para as revistas, coube a especificidade de temas, a intenção de aprofundamento e a oferta de conteúdos de lazer, como moda, esporte, infantil, feminino, religioso, entre outros.

Dentre os temas explorados nas revistas periódicas da época, vale salientar um que foi pouco investigado pela historiografia nesse quesito: a Lei Áurea. De que forma a Lei Áurea foi retratada nas revistas semanais? A abolição da escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889 foram extensivamente divulgadas pela imprensa nacional em razão dos seus efeitos na reconfiguração do sistema político brasileiro. Segundo ALONSO (2014), a imprensa articulou um papel fundamental na divulgação de informações sobre esses eventos. A população, autoridades públicas e organizações privadas comemoraram entusiasticamente os aniversários desses momentos históricos em várias regiões do Brasil, especialmente no Rio de Janeiro (DOMINGUES, 2011). Assim, essas celebrações não apenas destacaram a importância contínua atribuída a Abolição e a República,

mas também ressaltaram a memória coletiva construída em torno desses eventos (CARVALHO, 1990). O foco desta comunicação é apresentar os primeiros resultados da pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, que tem como objetivo pesquisar as celebrações da abolição da escravidão no Rio de Janeiro, especificamente nos periódicos semanais *Revista da Semana* e *Fon-Fon*.

Fundada em 20 de maio de 1900 por Álvaro de Teffé (LUCA, 2021, p. 8), a *Revista da Semana* foi escolhida por possuir algumas características importantes à investigação das comemorações do 13 de maio. O fato de ter sido fundada poucos anos após o fim do regime escravista é importante por ter um breve distanciamento geracional, o que possibilita encontrar publicações contemporâneas aos recém libertos. A permanência em atividade por quase seis décadas, até 1959, também é outro elemento relevante, pois proporciona uma abrangência considerável do conteúdo publicado.

A revista semanal *Fon-Fon* foi escolhida por também possuir essas duas características. Fundada em 13 de abril de 1907 pelo grupo de simbolistas Lima Campos, Gonzaga Duque, Mário Pederneiras, Álvaro Moreyra e Hermes Fontes (SODRÉ, 1966, p. 345), acompanha este período da história do Brasil de modernização do Estado. Além disso, a sede de ambos os periódicos se situa na cidade do Rio de Janeiro, Corte do Império do Brasil e, posteriormente, capital da República.

Investigar as comemorações da abolição pode contribuir para a contextualização das transformações sociais, políticas e culturais ocorridas durante esses anos. Também é válido salientar que as revistas semanais muitas vezes apresentam conteúdos visuais e literários das comemorações. Isso possibilita uma análise dos significados culturais associados à abolição, incluindo imagens, poemas, e outros elementos que colaboraram para a construção da memória coletiva.

Em relação à fundamentação teórica da pesquisa, utilizamo-nos de alguns conceitos escrito por Pierre Bourdieu. A *representação*, segundo o autor, é o processo através do qual as pessoas, moldadas pelo *habitus* e situadas em *campos sociais*, interpretam e agem sobre a realidade, transformando a exterioridade social em disposições incorporadas (BOURDIEU, 2016). Essa apreensão da realidade é mediada por *capitais* (econômico, social, cultural) e influenciada pela *violência simbólica*, que opera na legitimação de hierarquias e reprodução das estruturas sociais. As *representações* são estratégias de *ações práticas* que surgem da complexa relação entre dominantes e dominados (BOURDIEU, 2015).

2. METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa se ampara na Análise de Conteúdo para o tratamento dos dados coletados, além da Análise de Discurso para a interpretação das ocorrências. A abordagem de MORAES (1999) define a Análise de Conteúdo como um processo dinâmico e sequencial. O percurso metodológico se inicia com a *preparação* e leitura aprofundada dos dados, seguida pela *unitarização*, que consiste na fragmentação dos textos em unidades de significado. A etapa seguinte é a *categorização*, na qual essas unidades são agrupadas por semelhança, formando seções que podem emergir dos próprios dados ou serem definidas previamente. A *descrição* dos dados serve como explicação às categorias e, por fim, o ciclo se encerra com a *interpretação*, momento em que se produz um novo texto que articula as categorias e apresenta as novas compreensões alcançadas.

No que se refere à Análise do Discurso, a investigação se aprofunda na dimensão argumentativa e contextual dos textos. Para isso, a abordagem de AMOSSY (2018) sobre o uso do *silogismo* (raciocínio lógico completo) e do *entimema* (*silogismo* incompleto, que pressupõe conhecimentos e valores compartilhados com o leitor) é fundamental. Essa metodologia nos permite desvendar os pressupostos e as crenças implícitas que sustentam a argumentação e a tornam persuasiva para o público.

Complementarmente, recorreremos às *Leis do Discurso* de MAINGUENEAU (2004), que funcionam como princípios reguladores da comunicação. A *Lei da Pertinência* exige que um enunciado seja relevante para o contexto em que é produzido; a *Lei da Sinceridade* pressupõe o engajamento e a credibilidade de quem enuncia; a *Lei da Informatividade* espera que o discurso traga informações novas; e a *Lei da Exaustividade* busca a abordagem mais completa possível do tema. A análise dessas leis ajuda a compreender as expectativas que estruturam a produção e a recepção dos textos nas revistas semanais.

A articulação desses dois referenciais teórico-metodológicos apresenta um quadro analítico essencial à pesquisa. Enquanto a perspectiva de AMOSSY (2018) nos permite desconstruir a lógica interna e as estratégias retóricas dos argumentos, a de MAINGUENEAU (2004) nos ajuda a situar esses discursos em seu contexto sociocultural, considerando as "regras do jogo" da comunicação.

Assim, tornam-se importantes para identificar como os discursos são construídos para persuadir e, principalmente, por que eles se mostram eficazes e legítimos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Algumas ocorrências analisadas, como fotografias, ilustrações e textos de opinião, em ambos os periódicos, *Revista da Semana* e *Fon-Fon*, sublinham as tensões e contradições presentes na sociedade brasileira da época, na qual a liberdade recém-conquistada pelos trabalhadores negros e mestiços ainda era limitada por novas formas de controle e subordinação. As representações da abolição presente nas revistas são, em geral, escritas por pessoas brancas, para leitores brancos. Esse período de transição, marcado pela modernização capitalista, evidencia a tentativa das elites de adaptar a população pobre a novos padrões sociais e econômicos. Nesse contexto, a imprensa teve um papel significativo na construção e na disseminação dessas novas narrativas, apresentando a complexidade das relações sociais e políticas no Brasil durante o pós-abolição.

4. CONCLUSÕES

Os textos analisados evidenciam como a imprensa da época utilizou diferentes estratégias discursivas para reforçar determinadas visões sobre o 13 de maio, ora celebrando a data como um marco da modernidade e do progresso da nação, ora omitindo ou suavizando os problemas enfrentados pelos libertos no pós-abolição. As revistas funcionaram, assim, como espaços de legitimação de discursos dominantes e como veículos de persuasão voltados para a construção de uma identidade nacional alinhada aos interesses das elites do Brasil.

Ao contrastar as abordagens presentes nessas publicações, entendemos a imprensa como um agente ativo na conformação da memória coletiva e das representações sociais. Os periódicos semanais não apenas informavam, mas, em

virtude da sua influência e propagação no meio social, também modelavam percepções e valores, consolidando determinados princípios sobre a abolição.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, A. Abolicionismo como movimento social. **Novos Estudos**. São Paulo, v. 3, n. 3, p. 115-137, 2014.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018, 288p.

BOURDIEU, P. A dinâmica dos campos. In.: BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2ªed. Porto Alegre: Zouk, 2015, p. 212-239.

BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In.: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Edições 70, LDA, 2016, p. 57-72.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas: o imaginário da República**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, 166p.

COBEN, I. S. Diferenciação e segmentação dos impressos. In.: MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tania Regina de (Org.). **História da imprensa no Brasil**. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 103-130.

DOMINGUES, P. J. “A redenção da nossa raça”: as comemorações da abolição da escravidão no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, nº 62, p. 19-48, 2011.

ELEUTÉRIO, M. L. Imprensa a serviço do progresso. In.: MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tania Regina de (Org.). **História da imprensa no Brasil**. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 83-102.

KRILOW, L. **Cidades de papel: as representações sobre as favelas na imprensa carioca durante o Segundo Governo Vargas (1951-1954)**. 220f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2018.

LUCA, T. R. A inserção do registro fotográfico na Revista da Semana: trajetória em 1900. **ArtCultura**. Uberlândia, v. 23, n. 43, p. 7-34, jul.-dez. 2021.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2004.

MARTINS, A. L. Imprensa em tempos de Império. In.: MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tania Regina de (Org.). **História da imprensa no Brasil**. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 45-80.

MORAES, R. **Análise de conteúdo**. Porto Alegre: Educação, nº 37, 1999, p.7-32.

RÜDIGER, F. **Tendências do Jornalismo**. 3ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, 144p.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, 583p.